



XIX Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã

de 08 a 10 de outubro 2025
Universidade Federal do Tocantins

A PROPÓSITO DO MEDIATIVISMO INDÍGENA: reflexões acerca da ação direta contra o Marco Temporal ¹

Marco Túlio Câmara - Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Antônio Augusto Braighi - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG)

RESUMO

Esta proposta visa a analisar a produção jornalística da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) sobre o Marco Temporal, defendendo que essa iniciativa configur-se-ia como uma ação midiativista. Utilizando a Teoria Semiociológica, investiga-se como, discursivamente, o material rompe com padrões comunicacionais tradicionais, reivindicando protagonismo indígena na construção de saberes. A abordagem destaca a tentativa de deslocamento epistêmico e a tensão com discursos hegemônicos que silenciavam os indígenas. Compreende-se, após análise, que a Apib, intervindo no debate público, não só resiste, mas também propõe novas formas de conhecimento, reafirmando o direito dos povos originários de comunicar, informar e ressignificar seus territórios e modos de existência.

PALAVRAS-CHAVE: Midiativismo; Marco Temporal; Semiociologia.

1 INTRODUÇÃO

Quando a tese do Marco Temporal voltou à cena midiática e jurídica, diversos atores sociais lançaram-se à discussão acerca da demarcação de terras indígenas, a avaliar, grosso modo, se era correto ou não os povos indígenas só terem direito privativo a estas se estivessem efetivamente na posse delas em 5 de outubro de 1988 – data de promulgação da Constituição Federal Brasileira. Nesse contexto, nos interessa aqui destacar o trabalho jornalístico² produzido pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib); organização que elaborou um material especial sobre o Marco Temporal. O intuito desta análise, assim, é o de observar as nuances desta produção e como ela se configuraria como uma ação midiativista indígena, conjectura que aqui testamos a partir de estudos anteriores (Braighi; Câmara, 2021).

Todavia, paralelamente, procuramos reconhecer também como a abertura para uma nova forma de pensar, gestando um deslocamento epistêmico, pode advir a partir da contribuição de uma força evenemencial – a dos sobressaltos midiáticos, políticos e sociais em torno do Marco Temporal, na ideia de que o Acontecimento (Quéré, 2005) ajuda a projetar o Ativismo (Jordan, 2002).

¹ Trabalho apresentado no GT3 – Redes Sociais e Ativismo Midiático, da **XIX Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2025**, realizada de 08 a 10 de outubro de 2025, na Universidade Federal do Tocantins, Palmas-TO.

² O qual pode ser visto aqui: <https://apiboficial.org/marco-temporal/> acesso em 31-jul.-2025.

Todavia, nossa abordagem vale-se ainda de reflexões, por vezes ensaísticas, que partem da noção de epistemologia para perceber as noções hegemônicas vigentes no Brasil acerca do lugar, papel e voz do indígena na sociedade – precisamente para compreender por que é necessário que os povos nativos assumam um papel protagonista na (re)construção de pressupostos sobre si (Quijano, 2005).

2 METODOLOGIA

Para tanto, o ferramental teórico-metodológico para análise vem da Teoria Semiolinguística (TS) (Charaudeau, 2012). Neste Resumo Expandido, nos aprofundaremos pouco acerca dela, mas sinalizamos que tomamos de empréstimo, principalmente, as propostas de base do ato de linguagem e do contrato comunicativo. Observamos com esta instrumentação, então, elementos dos chamados dados internos, os componentes linguísticos do especial jornalístico, bem como os externos: a finalidade, tema (propósito), identidade dos sujeitos e o contexto da situação comunicativa e suas restrições (dispositivo). Essas categorias nos permitem compreender como se deu a conformação da ação direta empreendida pela Apib como discurso – o qual não é a apenas uma forma de dizer, mas um mecanismo de ação que, entre outras idiossincrasias, deve estar inserido em um interdiscurso, ser orientado, interativo e contextualizado (Maingueneau, 2001) –, o qual visava a, hipótese nossa, tencionar imaginários sociodiscursivos sobre a causa dos povos originários e a tese do Marco Temporal, fazendo estabelecer, com o produto em análise, o especial jornalístico, uma nova diretiva comunicacional entre a sociedade brasileira os indígenas sobre os temas em destaque.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Se queremos verificar se e como a investida em questão da Apib configura-se como Midiativismo, devemos estar em linha sobre o que dissemos alhures (Braighi; Câmara, 2021) acerca de tal abordagem conceitual, sobretudo a se considerar noções como “vontade solidária”, o lugar da intervenção social tendo como base a alteridade; o conceito de “ação direta”, a qual tomamos de empréstimo de Jordan (2002), na transgressão ao status quo, na quebra da dinâmica do ordinário; no utilizar de uma mídia em favor de tal empreitada; mas, sobretudo, do reconhecimento de que esta ingerência não apenas é uma forma de resistência, defesa e presença social de uma causa, mas de informação e consequente geração de conhecimento sobre ela. Entendemos que essa dinâmica pode ser vista e comprovada com base na análise semiolinguística – à qual fizemos menção anteriormente.

Contudo, queremos sinalizar ainda dois aspectos importantes. De um lado, o fato de que a ação direta da Apib vem a reboque de um conjunto de falas, mediatizadas, de atores sociais (legitimados ou não) que se posicionaram contra e a favor à tese do Marco Temporal. Essa disputa discursiva, ora pautada por grandes veículos de comunicação, ora também por estes e tantos outros

canais em plataformas *web*, paralelamente aos debates no Congresso e nas arenas jurídicas, bem ou mal conformou um acontecimento, uma ruptura na dinâmica ordinária da organização do mundo (Quéré, 2005) que pede (pela sociedade) para ser compreendida e, logo, explicada. Diante ao comentariado digital e às múltiplas abordagens dos media, a informação acaba matando a informação; isto é, o sentido se esvazia diante a tantas versões conflitantes, entre outras particularidades da senda infodêmica.

O que esta reflexão aponta, por outro lado, é que o conhecimento sobre temas como o do Marco Temporal é considerado válido a partir, de um lado, de estruturas hegemônicas (como a mídia de massa e outras instâncias de poder) e dos saberes de crença do eu e seus iguais nas múltiplas redes sociais (on-line ou não), silenciando a voz daqueles que teriam lugar de fala legitimado para tratar do assunto: os indígenas (Quijano, 2005). Contudo, iniciativas como a da Apib visam a, também, justamente, contribuir para que novos padrões epistemológicos possa advir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por esse motivo, se de um lado os indígenas propõem um novo canal de diálogo com a sociedade sobre temas que lhes afetam, por outro parecem fazer emergir um contrato comunicativo diverso, que coloca em questão nuances discursivas que têm a ver com o ponto de vista deles, a forma de pensar deles, acerca de um assunto que é apropriado, no entanto, por outros, aqueles que, por vezes, aos motes sequer estão diretamente ligados. Simultaneamente, esses povos originários estão reivindicando o direito de produzir e compartilhar conhecimento, rompendo com o monopólio das vozes ditas oficiais ou daquelas pseudoautorizadas apenas por uma mídia portarem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultados de tal análise, compreendemos que a ação da Apib é um exemplo de Midiativismo Indígena, o qual ganha força e respaldo não apenas ao empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa em favor dos povos indígenas, mas ao propor um descolamento epistêmico que gera um número muito maior de informações não tão somente acerca do Marco Temporal e à noção de terra, mas do que significam os territórios deles para eles, ofertando a possibilidade de geração de conhecimento a quem se engajar às reflexões propostas.

REFERÊNCIAS

- BRAIGHI, A.A.; CÂMARA, M.T. What is mediactivism? In: **Interface**. v.13, p.300-316, 2021.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

JORDAN, T. **Activism!** Direct action, hacktivism and the future of society. London: Reaktion Books, 2002.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: **Trajectos**: revista da comunicação, cultura e educação, v.6, p.59-74, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.